



## O que é espiritualidade e como podemos abordá-la no ambiente escolar

*Marco Aurélio Corrêa Martins\**

**Resumo:** O conceito de espiritualidade laica pode permitir um espaço na educação escolar para tratar de questões que, por serem públicas e de foro privado, envolvem a vida cotidiana nas mais diversas facetas, incluindo a política, as relações sociais e culturais, por isso precisam ser convenientemente tratadas. Ensaiar, pois, uma abordagem educacional dessa relação é importante em nosso momento histórico no qual a vida social e política são assaltadas por certa religiosidade ou crença. A partir da leitura de um historiador e três filósofos, o texto procura definir uma espiritualidade não apenas laica, mas que possibilite o diálogo entre o laico, o ateu, o agnóstico, o religioso etc. Para tanto, aposta-se na filosofia e procura encontrar pistas para a ação pedagógica. Conflui o conceito para a existência de determinações históricas, culturais e existenciais e destaca apontamentos para a educação nos quais se admite uma pluralidade de espiritualidades.

**Palavras-chave:** Espiritualidade Laica; Educação Laica; Educação e Espiritualidade

### **What is spirituality and how we can approach it in the school environment**

**Abstract:** The concept of secular spirituality can allow a space in school education to deal with issues that, being public or private, involve daily life in the most diverse facets, including politics, social and cultural relations, and therefore need to be

---

\* Doutor em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: [marcoareliocorrearmartins@gmail.com](mailto:marcoareliocorrearmartins@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7947746503172967>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3362-1300>.

conveniently dealt with. Rehearsing, therefore, an educational approach to this relationship is important in our historical moment in which social and political life is assaulted by a certain religiosity or belief. Based on the reading of one historian and three philosophers, the text seeks to define a spirituality that is not only secular, but one that enables dialogue between the secular, the atheistic, the agnostic, the religious etc. To this end, it relies on philosophy and tries to find clues for pedagogical action. It makes the concept converge to the existence of historical, cultural, and existential determinations, and highlights notes for education in which a plurality of spiritualities is admitted.

**Key-words:** Secular Spirituality; Secular Education; Education and Spirituality

### **Qué es la espiritualidad y cómo podemos abordarla en el ámbito escolar**

**Resumen:** El concepto de espiritualidad laica puede permitir un espacio en la educación escolar para abordar temas que, siendo públicos y privados, involucran la vida cotidiana en las más diversas facetas, incluyendo la política, las relaciones sociales y culturales, por lo que requieren ser tratados convenientemente. Ensayar, por lo tanto, una aproximación educativa a esta relación es importante en nuestro momento histórico en el que la vida social y política se ve asaltada por una determinada religiosidad o creencia. A partir de la lectura de un historiador y tres filósofos, el texto busca definir una espiritualidad que no solo sea laica, sino que posibilite el diálogo entre lo laico, lo ateo, lo agnóstico, lo religioso, etc. Para eso, apuesta por la filosofía y busca encontrar pistas para la acción pedagógica. Hace converger el concepto a la existencia de determinaciones históricas, culturales y existenciales y destaca notas para una educación en la que se admite una pluralidad de espiritualidades.

**Palabras llave:** Espiritualidad Secular; Educación Laica; Educación y Espiritualidad

## Introdução

O embate entre católicos e liberais no século XIX, especialmente no Brasil, a partir da década de 1870, em torno da concepção do Estado laico, repercutiu na formulação de políticas públicas de educação e que são enfrentadas até o presente, como a orientação religiosa nas escolas, o caráter moral da religião na formação do indivíduo, o financiamento de instituições escolares confessionais tidas como filantrópicas, o ensino religioso como disciplina do currículo escolar etc.

Os republicanos, especialmente liberais e positivistas, defensores da laicidade, propuseram romper com a catolicidade do Império, por haver uma religião de Estado constitucionalmente estabelecida. Nos moldes em que se deu a separação entre Igreja e Estado, no início da República, os bispos católicos passaram a condenar a proposta, alegando que a laicidade não importa em ateísmo de Estado. Na Pastoral Coletiva de 1890, os bispos chegaram a comparar o projeto brasileiro com o Estado norte-americano, fundado por protestantes, no qual, segundo esses bispos, a Igreja Católica era mais respeitada que no Brasil, fundado por católicos (PASTORAL, 1981).

Tal disputa se estendeu até a década de 1920, período rico nos debates sobre a educação pública e universal para todos os brasileiros, cujo principal empreendimento culminou, na Constituição de 1934, na formalização do direito social à educação pública, gratuita, laica e estatal, financiada por recursos públicos. Ainda que a defesa desse projeto seja uma realidade atual, bem como sua implementação, basta dizer que a Igreja Católica jamais admitiu a perda de poder e influência sobre a educação nacional brasileira. Mesmo no período da Primeira República, muitos estados já haviam reformado suas posições e admitido o ensino religioso nas escolas, como preconizava a Igreja (LEITE, 2011).

Se o Estado não tem religião — e a história parece confirmar que é melhor assim — o mesmo não se pode dizer das pessoas ou dos cidadãos. As pessoas têm religião, religiosidade, crenças, fé etc. Há, também, pessoas que são ateias, não professam religião, não adotam nenhuma religiosidade,

crença ou fé de corte religioso. Outras ainda, embora não necessariamente ateias, são céticas sobre as possibilidades de conhecer ou concluir o tema da existência de um mundo espiritual de divindades e coisas do gênero e aqui, as chamo de agnósticas.

A questão será se, a despeito de o Estado ser laico e as pessoas possuírem numerosas e variáveis formas de compreensão de temas presentes nas questões e práticas religiosas, mesmo em sua negação, cabe ao processo educativo público, estatal, admitir no currículo ou nas práticas escolares assuntos pertinentes a essa temática?

Este ensaio tenta responder ou colocar em causa esse problema, apontando como afirmativa a resposta à questão: sim, a escola pode, através do título-conceito de espiritualidade, tratar de questões tradicionalmente perpassadas pela religião ou religiosidade etc. sem prejuízo de sua laicidade, sem afastamento dos ateus e agnósticos, sem qualquer melindre às diversas crenças presentes entre os brasileiros, sem proselitismos. Tal projeto é desafiador. No entanto, não haverá aqui um projeto, mas problematizações.

Na filosofia é possível levantar algumas possibilidades. Entretanto, **não me compete**, num ensaio, esgotar tal temática. De fato, há muitas questões a serem suscitadas e resolvidas. O projeto aqui é deixar justificada uma resposta afirmativa à abordagem da espiritualidade na educação escolar.

Não podemos transigir no papel laico do Estado de abster-se de qualquer protagonismo no campo religioso e, principalmente, de atuar a partir de crenças, religiosidades, ateísmo, agnosticismo ou credo de qualquer religião sobre a sociedade. Não se deve impor, através do Estado, qualquer religião ou religiosidade, nem o ateísmo e o agnosticismo. E a religião não pode impor, nas iniciativas públicas, qualquer formulação subjugada a qualquer denominação religiosa.

Dito isso, é pretensão deste texto, apresentar algumas ideias sobre espiritualidade e sua definição, para permitir um diálogo que envolva qualquer religião ou religiosidade, crença, fé e não exclua ateus e agnósticos. Tal proposta não visa a qualquer consenso, a não ser conceitual, mas apenas a uma compreensão da vida social, pública e privada das pessoas de forma

a tornar possível o desenvolvimento de uma espiritualidade, seja ela religiosa ou não. Nesse sentido, pode-se contribuir para superar a ideia de Ensino Religioso como disciplina do currículo das escolas.

Os dados dos dois últimos censos realizados pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012)** buscam conhecer a diversidade religiosa brasileira. No entanto esses dados ainda são objeto de intensos estudos e debates (CUNHA; MENEZES, 2014). A inclusão de ateus e agnósticos nas respostas ao censo, quanto ao quesito religião, ao lado da ampliação das opções de religiosos e “sem religião” (grupo que cresceu, conforme os dados), coloca em perspectiva o tema da espiritualidade.

Por fim, é preciso registrar que existe uma teologia das religiões e um ecumenismo. Mas ambas costumam estar ligadas às religiões e é importante propor, também, aos não religiosos e aos membros de religiões sem teologia. Então, entendemos teologia como discurso racional sobre os deuses, seus textos sagrados e suas religiões e/ou cultos.

### **Autores companheiros**

O historiador francês André Vauchez (1995), no livro *A Espiritualidade na Idade Média Ocidental*, indica que o termo espiritualidade é moderno, ou seja, não existia na Idade Média a ideia de espiritualidade sobre a qual ele escreve a história; é um termo contemporâneo, moderno. Ele analisa as diversas formas de viver a espiritualidade entre grupos religiosos e sua ampliação/variação para a vida de segmentos não eclesiais do povo. Como historiador, coloca essas questões cronologicamente.

O aporte histórico recebido pela obra de Vauchez (1995) introduz algumas ideias importantes para esse estudo: a visão do que seja espiritualidade, ou de como vivê-la, é social, cultural e historicamente condicionada. Assim dizendo, cada época, cada região e, embora o autor esteja se referindo à Europa Ocidental na Idade Média, é possível deduzir

que, em cada religião, a espiritualidade é vivenciada e revestida de um significado próprio.

O filósofo, também francês, André Comte-Sponville (2016), no livro *O espírito do ateísmo*, introduz a ideia de que o ateu também tem ou pode ter uma espiritualidade. É sobre como se vive uma espiritualidade sem deus o tema dessa sua obra. As experiências que ele narra são conexas às das religiões. Como a história de pessoas, por exemplo, que vão conversar no final de palestras e dizer que não acreditam mais em Deus, como o caso de judeus que embora ateus, fazem as orações, vão às festas da sinagoga, pois, no fundo, embora não mais crentes, continuam judeus. Do mesmo modo, Comte-Sponville, ateu, parece ainda continuar um católico e sua visão da espiritualidade é ainda católica, embora ele tire Deus e tire o catolicismo. O autor não nega isso. Muitas de suas questões passam pela mística. Mas, quanto a quem nunca foi um religioso?

A pessoa pode se tornar atea, abandonar a religião e as crenças, contudo há valores dos quais ela não pode abandonar, pois são constitutivos de si mesmas. Por exemplo, a comunhão. Para Comte-Sponville, comunhão é partilhar sem dividir. Portanto, segundo explica, não posso comungar coisas materiais, mas posso compartilhar o amor (amor à pátria, amor à humanidade), dentre outros sentimentos. O mesmo se aplica à fidelidade, mesmo não crendo mais, a pessoa mantém aquilo que é bom do que recebeu quando acreditava. A partir disso, não se cria novos valores, mas estabelece uma nova fidedignidade a partir deles. “Pode-se viver sem religião; mas não sem comunhão, nem sem fidelidade, sem amor. O que nos une aqui é mais importante do que o que nos separa” (COMTE-SPONVILLE, 2016, p. 67). Conclui o autor que a religião é parte da espiritualidade, mas nem toda espiritualidade é religiosa. Apesar de tratar de espiritualidade para ateus, ele destaca:

Quando se fala de espiritualidade, hoje em dia, no mais das vezes é para designar uma parte no fim das contas, restrita, embora talvez, aberta para o ilimitado da nossa vida interior: a que tem relação com o absoluto, o

infinito ou a eternidade. (COMTE-SPONVILLE, 2016, p. 128)

O terceiro autor também é francês e filósofo, Luc Ferry (2012), com a obra *A revolução do amor*. Ferry foi ministro da educação no governo Chirac no início dos anos 2000. Tem uma escrita muito agradável, bela e sedutora. Ele é um prosélito da visão neoliberal. Mas ele faz uma localização muito precisa do tema espiritualidade na filosofia da contemporaneidade. Além disso, aborda o tema educação, embora não estritamente na perspectiva **aqui** buscada.

O amor sobre o qual ele fala é uma relação com um grupo estrito de pessoas com as quais você convive diretamente, especialmente o teu grupo familiar. É um individualismo próprio do liberalismo nos laços mais imediatos da convivência das pessoas. A humanidade, nessa compreensão, seria um grande depósito de possibilidades de novo amor-paixão; sendo esse o elemento que permitiu a espiritualidade como a busca da sabedoria para a vida boa.

A essa perspectiva **estou em** desacordo por preferir uma visão da coletividade e o amor para com os anônimos. É preferível pensar que existiram pessoas, outras existirão, e esse encontro geracional vai acontecer, ou não vai acontecer, mas podemos pensar numa espiritualidade que abarca os anônimos da nossa vida e amar a quem não se conhece e/ou nunca vai conhecer.

Para Ferry (2012) a ideia de uma espiritualidade laica aborrece tanto a crentes dogmáticos quanto a ateus praticantes e provoca em ambos um sentimento de repulsa. Mas seu projeto é a filosofia. Não se trata, na espiritualidade laica, de opor valores morais a valores espirituais, pois eles não são a mesma coisa. Ferry destaca que a pessoa pode ser um santo em moral, cumprir certinho todas as regras, ajudar ao próximo etc., mas envelhece, adoce, sofre e morre. Os valores religiosos não se reduzem aos valores morais e existem dois tipos de espiritualidade: a religiosa, pautada e referida a um deus, e a leiga, baseada nas grandes filosofias que não estejam a serviço de alguma religião ou à tentação de se tornar simples moral ou crítica da tradição. Essa separação entre valores morais e religiosos é

especialmente importante no momento histórico em que vivemos, onde um grupo ou vários grupos religiosos representados nas instituições políticas do Estado pretendem impor sua verdade à sociedade, não apenas pela via política, mas via legislação.

O quarto e último autor é um espanhol, catalão, Marià Corbí (2010), na obra *Para uma espiritualidade leiga*. Desse autor adoto os principais princípios e os encaminho para o tema educação.

Marià Corbí (2010) aponta para várias maneiras e vivências da espiritualidade conforme a organização social e cultural de povos pré-industriais. Corbí sai da história e entra na questão da existência humana e seu modo de viver neste mundo. A análise partirá para o tipo de sociedade que ele chama de “sociedade de inovação e mudanças contínuas”, sucessora das diversas sociedades das eras industriais, nas quais a religião já não consegue mais dar conta da “dimensão absoluta da realidade”.

A experiência absoluta da realidade impede que fiquemos presas a uma visão única da realidade. Nos dá outro tipo de conhecimento da realidade e abre nossa sensibilidade e coração a um amor não egocentrado pelas coisas e pelas pessoas.<sup>1</sup>

## **Por uma definição de espiritualidade**

Tomando um conceito de espiritualidade a partir do elaborado por Vauchez (1995) com a inspiração dos demais autores, proponho inverter a direção da proposta conceitual desse historiador. Para Vauchez (1995), a espiritualidade é uma dimensão da vida interior, leva a uma ascese e a uma relação com deus e, quando sistematizada através de textos e de ensino, torna-se uma escola de espiritualidade. Nessa perspectiva, a espiritualidade gera uma regra e as pessoas aderem a ela via tal regra. A inversão é no sentido de pensar que, embora as pessoas possam aderir à espiritualidade

---

<sup>1</sup> Adela Cortina não fala de espiritualidade no sentido como tratamos aqui, mas com sua definição de *aporofobia* nos leva a esse tema de maneira muito firme (CORTINA, 2020).



por essa via, é mais aceitável que a adesão indique uma identificação do sujeito espiritualizado com a regra com posterior adesão à mesma. Assim, mantém-se a historicidade tanto da regra, mutável, com a historicidade do sujeito que a ela adere e cuja adesão permite ou enseja, de algum modo e em algum momento, mudanças em ambos, ou seja, nas regras e nos sujeitos.

Proponho uma definição nos seguintes termos, invertendo a direção do conceito do autor apontado: a espiritualidade é uma compreensão da vida humana no mundo, entre homens e na natureza. Essa compreensão transforma a maneira de agir e pensar do sujeito em relação a esse mesmo mundo, pois ele afeta e é afetado pelo mundo e pelas relações que estabelece com ele. Deve-se entender o mundo como uma espécie de absoluto no qual todas as coisas possam ser vivenciadas e experimentadas: vivenciar de modo desatento, livre, despreocupado e/ou experimentar com a intenção epistêmica<sup>2</sup>. É um mundo físico, material, intelectual, racional, senciente. Também o mundo biológico, social, cultural etc. Nesse absoluto se pode incluir ou excluir o aspecto religioso.

Essa maneira de afetar e ser afetado, maneira de se relacionar, não é dizível claramente, mas interpretada ao se seguir conscientemente ou relativamente consciente, regras, normas, crenças ou a mera admiração (espanto aristotélico, contemplação estética e/ou mística) pelas coisas, pelo mundo e/ou pela humanidade.

Além disso, a experiência individual também se coloca coletivamente, de modo que se possa viver em grupo ou numa comunidade de compartilhamento de experiências. Isso a despeito de a espiritualidade ser experimentada e vivida pessoalmente como também se dá a experiência do conhecer. Mesmo assim, pode-se celebrar: a espiritualidade, o conhecimento e mais. Aliás, a celebração é, também, uma característica da espiritualidade: com ou sem rituais! Experimenta-se pessoalmente, mas busca-se a comunidade, isso porque a espiritualidade não é apenas uma experiência de conhecimento. A comunidade pode estimular ou refrear a

---

<sup>2</sup> Ricoeur (2005, p. 357) falou de uma “experiência original”, propiciada pela *epoché*, que é a “experiência do vivido” no seu “fluxo de consciência”. Podemos dizer que, se não há consciência sem intencionalidade, também não há conhecimento sem a consciência de algo.

espiritualidade. Não se pode menosprezar a possibilidade de uma espiritualidade sem convivência comunitária, como fazem os ermitões, monges e outros.

Posto que a escolha do verbo *interpretar* e *compreender* nos remete a uma experiência hermenêutica de reflexão e autorreflexão, é preciso esclarecer que a vivência é material da experiência e, portanto, a espiritualidade é compreendida em seu caráter racional e racionalizável, compreensível, interpretável em face dos elementos concretos requeridos por uma interpretação.

Aparentemente é contraditório, porém essa experiência interpretativa não é, necessariamente, um evento filosófico de uma racionalidade ocidental e acadêmica, epistemológica. Importa em aceitar que as pessoas, na mais simples relação racional, na experiência e na vivência da vida<sup>3</sup> em um grupo cultural, faz interpretação.

O foco dessa espiritualidade é, contudo, a própria vida, na qual importa aquela vida interior, numa relação dialética, de contemplação ou de complementaridade, entre essa vida interior e a vida no mundo; como também aquela que nos impulsiona em nossas ações cotidianas, sejam habituais ou estratégicas.

## Apontamentos

Nos apontamentos a seguir, a ênfase principal recai sobre os elementos que possibilitam um diálogo com temas subsumidos ao da *espiritualidade*. Basta insistir, mais uma vez, que não se trata de religião, religiosidade ou crença somente. Do mesmo modo, a sua ausência. Portanto,

---

<sup>3</sup> Essa questão, parte do problema entre vivência e experiência suscitada em conversas sobre o tema espiritualidade, tem sua formulação a partir da leitura do ensaio de Paul Ricoeur sobre questões da fenomenologia entre Kant e Husserl (RICOEUR, 2005). Isso que chamamos aqui interpretação pode ser entendida como *fluxo de consciência* dito por Husserl, para diferenciarmos de um processo acadêmico.

os elementos apontados podem estar juntos ou separados: apenas indicam possibilidades e/ou requisitos para o diálogo e a compreensão.

1. A espiritualidade é historicamente colocada. Esse é o aspecto que mais ficou marcado até aqui. Nossa percepção das coisas no mundo se dá no tempo e no espaço. Sendo como nos ensinou Kant em suas categorias, o tempo só é percebido por nós, ele não existe fora de nós, enquanto o espaço, como extensão, é exterior ao humano (RICOEUR, 2005). O que é a espiritualidade e como se a vive ou a reconhece, dá-se no tempo e no espaço quando a temos como experiência do vivido. Analogamente, ela muda quando o tempo histórico muda e/ou se for observada noutro espaço. A percepção de que essas mudanças acompanham as que se dão na história, aquelas da qual se ocupam os historiadores, e nos revelam os caminhos adotados e/ou abortados na jornada humana, em espaços marcados pela transitoriedade.

2. A espiritualidade não é exclusiva da religião. Isso ficou bem patente com Comte-Sponville (2016), principalmente. Ela pode nascer e/ou morrer de uma educação no sentido tradicional, fora da escolaridade, de uma formação familiar ou outra. Há experiências em várias esferas sociais e políticas, por exemplo, que revelam um cuidado existencial daquilo que é feito e de como é feito sem qualquer referência à religião. Enfim, um ateu, um agnóstico, pode ter uma espiritualidade.

3. A espiritualidade está no amor: historicamente hoje, então não necessariamente foi e será. Embora o principal mandamento cristão seja *amar uns aos outros*, não acredito que ele seja universal, uma vez que se pode perguntar *o que é o amor*. É um termo tão genérico, abstrato, e só não digo vazio, pois a carga emotiva que ele carrega quando pronunciado, não nos permite. Mas enfim, o verbo amar precisa de um predicado e um objeto direto para se tornar compreensível. Embora o substantivo se refira a sentimento, como ele se expressa de modo a ser reconhecido por outro?

4. Uma espiritualidade do amor é individual, mas não individualista, pois se volta para o outro, para o bem do outro, “amar mais do que ser amado”, ou seja, doar-se ao outro. Mas a perspectiva de quem é o outro é bastante ampla.

O outro é a natureza, o outro é um estranho (estrangeiro, desconhecido, diferente etc.). O outro é um anônimo; pode estar existindo neste mesmo momento que eu, mas pode ter existido antes ou existir depois. Poderemos nos encontrar ou jamais; um amor atemporal, um amor pela humanidade. Além disso, já ficou dito, uma espiritualidade, embora experimentada de forma íntima, pode ser celebrada em comunidade.

5. Uma espiritualidade não pode ser impositiva. Não se ama por obrigação, o amor é gratuito. Basta citar o belo poema de Paulo em sua segunda carta aos Coríntios: o amor não se envaidece. O amor aceita o diferente, o discordante, acolhe, celebra. Do mesmo modo, *conhecer a verdade*, passa pelo conhecimento empírico, necessariamente vem da experiência subsumida a uma reflexão racional; senão derrubaríamos o edifício da epistemologia moderna sob um irracionalismo autoritário e supersticioso.

6. Uma espiritualidade não é proselitista, ocorre por adesão, por educação, mas no sentido relacional e não de doutrinação. Só é possível aprofundar-se numa espiritualidade com liberdade. Pode se impor uma prática exterior, mas não um sentimento interior e, portanto, uma coerência entre ambos. Fui educado na religião cristã católica, mas nunca fui obrigado a ir ao culto. Ir ao catecismo foi aceito e assumido nesse contexto de estar numa família católica. Por isso, e pelo apontamento anterior, o Estado tem de ser laico e a escola, local onde se faz uma parte da educação, tem de ser laica e precisa deixar que essa temática perpassa a convivência dos estudantes. Não posso ser conduzido a espaços públicos para ser convertido.

7. A espiritualidade nasce de uma característica específica do humano. Uma contribuição fundamental de Corbí (2010). Para esse autor, os seres vivos têm uma ligação binária com a natureza: o que liga o ser à natureza é a necessidade. Os seres se adaptam a isso. O humano, embora tenha essa relação, pois é um ser vivo como os demais, possui mais um mecanismo e, portanto, essa ligação se torna ternária. O ser humano consegue criar soluções para ultrapassar essa ligação pela necessidade como mera adaptação à natureza. Ele cria soluções e modifica a natureza. Essa relação permite e é permitida pela cultura e pela ciência, via linguagem. Assim, o humano não fica radicalmente preso à necessidade.

8. Uma espiritualidade da contemplação permite a festa, o encontro, a troca. A contemplação nos remete ao espanto, ao desejo de conhecer; até mesmo à hipótese do *re ligare* ao transcendente e/ou ao imanente. Permite ver a natureza, a humanidade e as coisas como beleza, no sentido estético. No entanto, a contemplação pode ser para dentro, no sentido intimista. Nesse caso, é incomunicável e, para os outros, não é possível autenticar sua existência, já que o indivíduo está fechado em si mesmo, num solipsismo. Um misantropo não tem espiritualidade, no sentido aqui proposto.

9. Uma espiritualidade da atividade é quando se observa um discurso e uma prática e é possível identificar ali uma espiritualidade. Uma espiritualidade se expressa, é visível, é perceptível. Eu ouço e vejo a Monja Coen e reconheço uma espiritualidade budista. Ela fala e age como tal, coerentemente. Também é artesanal, no sentido de que não é uma produção em série. Não é uma expressão meramente performática. É reflexo dessa vivência e experiência de uma espiritualidade daquela pessoa.

10. Uma espiritualidade da ação, *práxis*: uma ação com intenção, com um projeto de mudança, de transformação. No entanto, não pode ser um proselitismo, não pode se converter os outros à minha própria fé ou crença ou sua ausência. Como se pode conceber uma espiritualidade como amor e não se pautar pela transformação do mundo humano? Como amar sem incluir, sem exaltar a diferença para alcançar a igualdade fundamental?

11. A espiritualidade é uma estética do bem viver, mas que se lança no *viver com*: viver com o outro, viver com a natureza etc. Ultrapassa a vida boa porque não tem a visão de mercado consumidor de Ferry (2012), com sua humanidade como *exército de reserva* para novas incursões do amor-paixão. Trata-se de uma espiritualidade voltada mais para fora, para o outro, e não exclusivamente para dentro.

12. Espiritualidade regrada, teorizada, teologizada, são tipos de espiritualidades que encontramos. Não é preciso pensar numa espiritualidade assim; no entanto, elas existem, constituíram-se historicamente e continuam a se constituir. É preciso lembrar a separação feita por Ferry (2012) entre os valores morais e os valores religiosos, dentro desses, a separação entre valores deístas e aqueles dados pela filosofia.

Valores morais não são valores religiosos, portanto, não se trata de moral quando se fala de espiritualidade, mas da filosofia que é capaz de pensar sem deus, embora possa acolher o que de reflexão possa receber dos valores religiosos baseados em deuses.

13. Espiritualidade da simples vivência, não autorrefletida; uma existência esteticamente agradável sem pretensão de teorizar, sem a necessidade de racionalizar ou explicar. Fruição.

14. Renunciar à metafísica, porque os deuses podem ser encarnados na vida humana; não é preciso discutir sua existência ou inexistência, uma vez que envolve fé, religiosidade, crença e/ou a negação delas. Importa ao crente a sua relação com sua crença; como não há preocupação proselitista, tampouco impositiva, o diálogo visa, dentre outros aspectos, a estabelecer a essência da pessoa, por ela mesma, com auxílio da contradição, do contraste etc. Ou ainda, sem a renúncia, como propõe Comte-Sponville (2016, p. 129), a metafísica consiste em pensar uma abertura do espírito para o eterno, para o infinito e para o absoluto; a espiritualidade consiste “em experimentá-la, exercê-la, vivê-la”.

## **A qualidade humana e seu cultivo**

Para Corbí, a qualidade humana específica é ter uma natureza *não-natureza*. Somente alguns aspectos da nossa natureza são fixados: a fisiologia, a condição sexual, a condição simbiótica e a competência linguística. Todo o resto não é fixado e a linguagem é que nos permite completar nossa não-natureza. Para ele, “criar culturas é criar naturezas humanas viáveis em condições determinadas. Culturas diferentes são mundos diferentes e atores diferentes; elas equivalem a espécies diferentes” (CORBÍ, 2010, p. 29).

Não ter uma natureza fixada nos permite mudar e nos permite nos reconhecermos como seres de necessidade e de desejo. Seres de necessidade pela relação binária e seres com uma não-natureza a partir do desejo. Estabelecemos para esses uma distância entre significação da realidade e a

própria realidade, como seres culturais que somos. De outro modo, estaríamos fixados como os outros animais.

A qualidade humana nos permite nos viabilizarmos como seres vivos. Corbí a apresenta na seguinte listagem:

- Maturidade nas atitudes e nas avaliações.
- Equilíbrio nos julgamentos e nas atuações.
- Sensibilidade para compreender atitudes e sentimentos dos outros e para responder adequadamente.
- Capacidade de empatia, de sentir com o sentir do outro e de compaixão.
- Capacidade para compreender os outros, com a mente e o coração.
- Capacidade de comunicação, que é mais que capacidade de transmitir informações, porque inclui aceitar a diversidade de avaliação e de atitudes.
- Capacidade de encarregar-se de situações, não apenas mentalmente, mas afetiva e sensitivamente.
- Capacidade de prospectar situações futuras, mental e sensitivamente.
- Capacidade de avaliar as pessoas e as situações e de transmitir aos outros essas avaliações.
- Capacidade de gerar projetos que criem motivação nas situações concretas.
- Capacidade para se adaptar às situações mutáveis. (CORBÍ, 2010, p. 277-278).

E conclui: “A qualidade humana é, pois, lucidez mental, orientação nos critérios, calidez sensitiva e bom raciocínio para julgar pessoas, situações, projetos que convenham às situações” (CORBÍ, 2010, p. 278).

Essa qualidade humana pode ser capitaneada pela educação. Corbí fala da sociedade europeia. É sua realidade que permite enxergar o rumo que a religião tomou naquele continente. Para ele, a fé não perdeu o sentido senão se o sentido era dado pelas crenças. Na *sociedade de inovação* que ele vislumbra acontecendo na Europa, é preciso cultivar essa qualidade, pois não se pode voltar ao passado, bem como não se pode deixar de inovar

constantemente; os indivíduos e as sociedades precisam se conduzir sobre esse ritmo: não há mais certezas.

A qualidade humana terá três características fundamentais; são elas atitudes e aptidões (não conteúdo ou critérios), afirma Corbí:

1. Ter interesse pela realidade: mental e sensitivo, o mais apaixonado possível. Atenção desperta, alerta;

2. Capacidade de distanciamento das realidades de meu interesse: distância, desapego e desimplificação (filhos do interesse da característica 1);

3. Silenciamento interior: não é calar-se ou isolar-se, mas dar chance para realidade se mostrar.

A percepção ou aprendizado não é apenas uma característica humana, mas uma necessidade de sobrevivência. A espiritualidade pode e deve fazer parte da reflexão na qual o tempo presente ouça as tradições religiosas e silencie-se, aprendendo com elas elementos necessários à sua vida e à vida dessa sociedade presente. No caso brasileiro, destaca-se a convivência dos diferentes credos e religiosidades; a interseção dos mais pobres e demais excluídos na construção de uma sociedade mais justa, igualitária, culturalmente reconciliada com seus mais diversos matizes.

## **Educar como ato de amor e transformação**

Na introdução à entrevista realizada com Marià Corbí, Martins Filho (MARTINS FILHO; ECCO, 2017) cita Flávio Pierucci ao concluir que, na América Latina, a secularização permitiu não o fim da religião, mas o abandono das instituições religiosas em prol de religiosidades plurais pessoais ou privadas, tornando-se “uma efervescência religiosa” numa “realidade plural”. Na entrevista, Corbí ressalta essa dissociação da religião e religiosidade das instituições religiosas, porque a realidade atual da ciência e da tecnologia, não mais as crenças, passam a mediatizar a vida. No entanto, como já observado, embora entre nós, latino-americanos, tenhamos nos dissociados das instituições, mantemos a religião e a religiosidade.



Para Corbí, nessa entrevista, não cabe à espiritualidade, no tempo atual, dar respostas aos dramas humanos; ela apenas dá iluminação aos mesmos. A solução desses dramas é das pessoas — não das religiões — através de projetos axiológicos que nos adequem à *sociedade de inovação*. Por isso ele propõe a substituição do termo espiritualidade por “qualidade humana profunda”.

Assim, posso dizer que as diversas religiões podem oferecer conteúdo capaz de enriquecer a compreensão dos problemas humanos do tempo presente, desde que renunciado aos conteúdos proselitistas e à pretensão da verdade absoluta. Corbí (MARTINS FILHO; ECCO, 2017) afirmou que as religiões têm de se respeitar, conhecerem-se e amarem-se. Quem não se adaptar ao novo modo acelerado da tecnociência, vai sucumbir, pois não se pode parar esse desenvolvimento.

Há autores que nos ajudam a pensar esse novo modo de ser do século XXI<sup>4</sup>. Mas as escolas precisam mudar, abandonar sua estrutura física, currículo disciplinar e conteudista, próprios da sociedade dos séculos XIX e parte do século XX, para um modelo no qual as diferenças, antes de serem contrastes e clivagens, tornem-se fator de complementaridade, de enriquecimento das aprendizagens que requerem antes, questões formuladas no sentido de atender a mentes curiosas, mas encarnadas. De outra maneira, ainda que haja transformações pela assunção de novas perspectivas, mantendo-se um sistema anacrônico, o projeto se torna meramente reformista.

A ideia de amor quer indicar a aceitação de todo tipo de diferença, todas como úteis, mas, principalmente, como epistemologicamente, socialmente e existencialmente enriquecedoras; não só ética, contudo esteticamente enriquecedoras.

O amor supõe compartilhamento, todavia no pressuposto de que ser diferente é a nossa igualdade fundamental, já que pela diferença buscamos

---

<sup>4</sup> Apenas a título de exemplo, sem adesão prévia antes de uma confrontação entre o que aqui se discute, podemos citar Paulo Freire, José Pacheco, Edgar Morin e muitos outros. São autores que colocam o pensamento educacional em novos modelos de funcionamento escolar e observam (ou contemplan) a transição sociocultural do século XXI.

e encontramos nossas soluções para a vida que temos, em como a vivemos. Na tradição escolar, por ser um local destinado ao conhecimento, pela diferença buscamos e encontramos nossas soluções de conhecimento do nosso mundo e da nossa vida neste mesmo mundo; sempre com vistas a transcender o presente e o passado em direção a um novo, ainda que não seja uma perfeição utópica, no entanto, uma utopia do possível e realizável pelos homens na história e na práxis social.

### **Considerações finais**

O projeto ou a compreensão que pretendi delinear aqui é de uma espiritualidade laica. No entanto, face às características dos brasileiros, não é possível, nem desejável, tal compreensão desconectada ou avessa às religiões e às religiosidades próprias do ambiente cultural e histórico do Brasil.

A religião é um depósito de sabedoria, são quase unânimes os autores companheiros. Não se desprezam sabedorias seculares e milenares por mera convicção acadêmica. Isso não quer dizer que o ambiente laico esteja na contramão do presente histórico por nós vivido: se a história não se repete, vivemos uma farsa grotesca da religião como definidora dos rumos da nação e da vida social, por prover um discurso de negação da própria religião a pretexto de afirmá-la.

A escola, ainda no século XXI, é o local destinado a forjar a realidade que ainda não existe, naquela existente, sem negar a historicidade dessa realidade. Se a escola teve seu papel determinado pela constituição dos Estados Nacionais Modernos no século XIX, no sentido de dar forma e identidade a seu cidadão, ainda percorremos esse destino, não mais como educadores de sujeitos e cidadãos fechados, determinados, mas ao contrário, de seres abertos e aptos ao novo, sem desprezo das tradições fundantes e fundamentais da vida cultural, social, política e existencial.

A definição de espiritualidade pretendida, no singular, é conceitual e inclusivista, de modo a permitir a compreensão das diversas

espiritualidades que são, essas sim, concretas: vividas e experienciadas social e culturalmente. A partir da definição, é possível pensar no enquadramento da questão no ambiente escolar. Não se trata, portanto, de ensinar religião ou promover qualquer espiritualidade, mas permitir que o diálogo e a convivência se tornem desejáveis.

O diálogo e a convivência visam à busca do amor à natureza e à humanidade e sua transformação, mesmo quando passar pelo amor a divindades. O particular se coloca no plano de uma coletividade, na qual se conjugue ideais de bem viver, bem comum, pertença, associação e participação.

O ambiente escolar é onde a diversidade e a pluralidade, existentes em nossa sociedade, manifestam-se de maneira peculiar, especialmente nas escolas públicas. Uma sociedade marcada por distinções de classes, etnias, culturas etc., precisa buscar pontos de encontro. Encontros que permitam o desenvolvimento de afetos (afetar e ser afetado) sobre os quais a sociabilidade e mesmo o desenvolvimento intelectual e cultural proposto pela escolarização possam se efetivar de maneira criativa, propositiva, democrática, dialógica e transformadora. Onde se pode cultivar a qualidade humana da qual nos falou Corbí.

## Referências

- COMTE-SPONVILLE, André. *O espírito do ateísmo*. São Paulo: Autêntica, 2016.
- CORBÍ, Marià. *Para uma espiritualidade leiga*. São Paulo: Paulinas, 2010.
- CORTINA, Adela. *Aporofobia, a aversão ao pobre: Um desafio para a democracia*. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- CUNHA, Christina Vital da; MENEZES, Renata de Castro. Religiões em conexão: números, direitos, pessoas. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, ano 35, n. 69, p. 1-154, 2014. DOI: Disponível em: [https://www.iser.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Comunicacoes\\_ISER\\_n69.pdf](https://www.iser.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Comunicacoes_ISER_n69.pdf). Acesso em: 20 ago. 2022.
- FERRY, Luc. *A revolução do amor: Por uma espiritualidade laica*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *Censo demográfico 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em:

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf). Acesso em: 8 fev. 2022.

LEITE, Fábio Carvalho. O Laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 32-60, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-85872011000100003>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsa/vdzgCGYZXCg6sKZPM6t9M5N>. Acesso em: 8 fev. 2021.

MARTINS FILHO, José Reinaldo Felipe; ECCO, Clovis. Por uma espiritualidade profunda; uma entrevista com Marià Corbí. *Caminhos*, Goiânia, v. 15, n. 1, p.

149-161, 2017. DOI: <https://doi.org/10.18224/cam.v15i1.5973>. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/5973/3263>. Acesso em: 8 fev. 2021.

PASTORAL. Coletiva do Episcopado Brasileiro de 1890. In: RODRIGUES, Anna Maria Moog (Org.). *A Igreja na República*. Brasília: Ed UnB, 1981. p. 17-58.

RICOEUR, Paul. Kant e Husserl. *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, v. 2, n. 61, p. 355-378, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40314288>.

Acesso em: 8 fev. 2021.

VAUCHEZ, André. *A Espiritualidade na Idade Média Ocidental: Séculos VIII a XIII*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

Data de registro: 27/05/2022

Data de aceite: 17/08/2022